

CORREIO ECONÔMICO



Divulgação Tribuna da Internet

Bets: uso de recursos do Bolsa Família 'acendeu alerta'

MPF investigará 'impacto' de 'bets' sobre 'mais vulneráveis'

Analisar o impacto das apostas online – os 'bets' – em especial, sobre pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica. É o que levou o Ministério Público Federal (MPF) a abrir investigação.

Já a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (braço do MPF) solicitou ao BC que compartilhe todas as informações correlatas, além de notificar

o Ministério da Fazenda, para que este detalhe as medidas para regulamentação das apostas digitais, visando corrigir 'eventuais abusos' e 'distorções da atividade'.

Para o procurador federal dos Direitos do Cidadão, Nicolao Dino, a 'publicidade massiva das bets "despertou preocupação de especialistas" pelos riscos de estimularem a compulsão por jogos de azar.

Reflexo

Como reflexo da ampla rejeição aos danos (alguns, irreparáveis) decorrentes da prática compulsiva das apostas online, o Google determinou que, a partir dessa segunda-feira (30), só aceitará anúncios de bets de empresas registradas no Ministério da Fazenda.

Bolsa Família

A prática viciante foi explicitada pelo relatório do Banco Central (BC), em que beneficiários do Bolsa Família gastaram R\$ 3 bilhões em bets apenas em agosto, o equivalente a 21,25% dos R\$ 14,12 bilhões desembolsados pelo governo no mês passado com o programa social.



Divulgação Aespap

Valor Bruto da Produção (VBP) segue retração da safra

Valor Bruto da Produção do Agro deve retroceder 3,2%

A exemplo da tendência declinante da estimativa de safra para este ano, o Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária em 2024 deve recuar 3,2% para R\$ 1,2 trilhão, segundo estimativa da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), uma vez que, no ano passado, o VBP atingiu R\$ 1,280 trilhão.

Tal resultado adverso teve a maior contribuição da agricultura, a qual deve registrar retração de 4% no VBP, 'encolhendo' de R\$ 869,7 bilhões para R\$ 834,6 bilhões. Já no caso da pecuária, o VBP projetado para este ano, de R\$ 404,4 bilhões representa queda de 1,4% ante 2023, quando este registrou R\$ 410,2 bilhões.

Queda livre

Maior participação no VBP agrícola (37,4%), a soja deve recuar 17%, no comparativo anual, com os preços da oleaginosa despencando 12,9%, enquanto a produção deve cair 4,7%. A produção e o preços do milho devem baixar 12,3% e 8,4%, respectivamente.

Viés negativo

Na pecuária, tanto a bovinocultura de corte, quanto a pecuária leiteira seguem o viés negativo, com quedas de 4,8% e de 2%, respectivamente. Neste caso, os segmentos foram afetados neste ano pela baixa de 8,8% de preços na pecuária bovina e de 2% nos preços do leite.

'Extra' de R\$ 1 bi

As companhias aéreas em dificuldades poderão contar com um 'socorro financeiro' extra de mais R\$ 1 bilhão, perfazendo um total de R\$ 6 bilhões do fundo garantidor de crédito para o setor, de acordo com estimativas do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

Regras

Após a sanção presidencial do recurso bilionário adicional às aéreas, resta definir regras para acesso aos recursos, pelo Conselho Monetário Nacional, como: taxa de juros diferenciada, as finalidades específicas e prazos de pagamento, comissões e demais condições.

Dívida pública 'explode' dez anos antes que o esperado

Patamar de 80% do PIB deve ser atingido este ano, e não em 2034

Marcello Casal Jr. - Agência Brasil

Por Marcello Sigwalt

Mais rápido do que se imaginava, em rota 'explosiva', a dívida pública tupiniquim não mais encerrará 2024 em 76,6% do PIB, mas já em 80% do PIB, revisão que consta do Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) divulgado, na última sexta-feira (27), pela Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, ao admitir a dificuldade de o Executivo federal manter a 'sustentabilidade' dos gastos públicos, em que pese a melhora na previsão de crescimento da economia.

Em contraste com a estimativa realista do órgão do Legislativo, a Presidência da República mantém a expectativa de que a dívida atingirá 80% do PIB somente daqui a dez anos, ou seja, dois governos federais à frente, sem justificar quais seriam os fatores determinantes desse 'generoso' prognóstico, conforme consta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de



Trajetória explosiva da dívida não foi combatida com medidas fiscais sérias

2025 (PLN 3/2024), sob análise parlamentar.

Sem considerar 'ingredientes políticos-eleitorais' de primeira hora, o IFI projeta que a dívida bruta – que inclui todos os poderes da União, estados e municípios, exceto ativos e patrimônios – chegará aos 80% do PIB ao cabo de 2024, continuando

em expansão, ao menos, no curto prazo.

Em julho último, o montante da dívida correspondia a R\$ 8,8 trilhões, segundo dados do Banco Central (BC).

Para a IFI, o controle da dívida depende de a União arrecadar mais do que gasta (superávit primário). No entanto, tal meta enfrenta desafios, como o

aumento da taxa básica de juros (Selic), que passou a 10,75% ao ano, este mês, o que encarece os financiamentos federais.

No paralelo, o aumento nos gastos e entaves para elevar as receitas emperram ainda mais a gestão eficiente das contas públicas, completa a instituição do Senado. Desde 2014, a dívida bruta cresce sem parar.

BC reforça tendência de alta da Selic

Se depender do agravamento das incertezas no quadro fiscal, a tendência é de que aumente a necessidade de o Banco Central (BC) eleve, ainda mais, a taxa básica de juros (Selic), hoje em 10,75% ao ano. O recado expresso é do (ainda) presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, ao comentar as perspectivas de inflação – crescentes, segundo o mercado financeiro, pelo boletim semanal Focus – atividade econômi-

ca aquecida, além de mercado de trabalho e renda idem.

"Não existe harmonia monetária sem harmonia fiscal", sentenciou o dirigente central, ao participar, na última sexta-feira (27), de evento com investidores, onde ficou evidenciada a preocupação do BC com relação às contas públicas e a (in)capacidade de o governo cumprir o arcabouço fiscal. Aqui a conta é simples: mais déficit significa mais juros, por

trazer menos segurança aos investidores. E pela cartilha pragmática do mercado, 'quanto mais nebuloso é o cenário, mais o mercado quer receber, por um risco que entende ser crescente'.

Para reforçar a perspectiva, Campos Neto lembra que "em todos os momentos da história recente do país, foi possível reduzir juros, mediante aplicação de taxas mais baixas, em associação a 'choques positivos no fiscal'.

Ainda abordando a questão fiscal, ao comentar os contrastes entre as estimativas fiscais oficiais e as do mercado, o presidente do BC observou que, em grande parte dos cenários, a dívida continua subindo.

Mais especificamente com relação ao PIB, o dirigente previu que este deverá crescer até 3,2% este ano, superando os 3% estimados anteriormente, pelo Focus. (M.S.)

Bandeira vai dar 'novo choque' no bolso

Divulgação site Entoque MS

Por Marcello Sigwalt

Consumidores de energia, preparai-vos! A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou, na última sexta-feira (27), nova elevação da bandeira tarifária vermelha, agora no patamar 2, o que deverá encarecer, ainda mais, as contas de luz. Este patamar é o mais alto, desde abril de 2022, quando predominava o cenário severo de 'escassez hídrica'.

Em decorrência da decisão da agência, a conta de luz, já em outubro, passará a ter cobrança extra de R\$ 7,87 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos, bem superior ao acréscimo sob a bandeira vermelha 1, que já implicava um adicional de R\$ 4,46 a cada 100 kWh.

Como fatores determinantes do agravamento fiscal energético sobre o cidadão, a Aneel apontou o risco hidrológico e o aumento do chamado Preço



Contas de luz deverão ficar mais 'salgadas' em breve

de Liquidação de Diferenças (PLD), que vem a ser cálculo do valor da energia elétrica, a ser produzida em determinado período. O entendimento é que, tanto as previsões de baixa fluência (chuvas) para os reservatórios das hidrelétricas, quanto a elevação do preço do

mercado de energia elétrica, ao longo do mês de outubro, redundaram nesse aumento do PLD. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) estima que o PLD de outubro deveria superar os R\$ 500 por megawatt-hora (Mwh).

A escalada da bandeira tarifária recente interrompe a sequência de bandeiras verdes (isenção total), iniciada em abril de 2022, passando a amarela em julho, voltou a verde, em agosto, até passar a vermelha patamar 1, em setembro corrente.

Analistas dão como certo que o acionamento da bandeira tarifária vermelha patamar 2 implicará impacto direto sobre os índices de inflação, mas com projeções variáveis.

Para a CM Capital, a bandeira vermelha patamar 2 deverá ter impacto de 0,45 ponto porcentual sobre o IPCA, enquanto que para o economista da Terra Investimentos, Homero Guizzo, a medida deve impor um ônus adicional de 0,21 ponto porcentual à inflação oficial, levando em conta o adiamento, de novembro para dezembro, do retorno da bandeira vermelha ao patamar 1.

Reservatórios a 39,9% da capacidade

Como reforço à decisão da Aneel de 'hastear' a bandeira tarifária vermelha patamar 2, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), previu que o nível dos principais reservatórios das usinas hidrelétricas do país (subsistema Sudeste/Centro Oeste) deverá 'despencar' para 39,9% da capacidade, no final de outubro, uma queda de sete pontos, em apenas um mês, devido à seca severa prolongada e a previsão de que

ocorram chuvas, somente a partir da segunda quinzena do próximo mês.

Completando o cenário adverso, a ONS estima que todos os subsistemas do país em outubro deverão ficar aquém da média histórica, com 43% da média no Sudeste/Centro Oeste; 86% no Sul; 33% no Nordeste e 38% no Norte.

Em contrapartida à mingua hídrica dos reservatórios, a carga nacional de energia elétrica

(demanda pelo insumo essencial) deve crescer 4,7%, em outubro próximo, ante igual mês do ano passado, para não mais que 82 mil megawatts médios.

Como medida preventiva, o ONS propõe a realização de leilões para contratação de reserva de capacidade, todos os anos, com vista a garantir a 'confiabilidade' e 'resiliência' para o setor elétrico, na visão do diretor de Operações do órgão regulador, Christiano

Vieira, nessa quinta-feira (26). Ele acrescenta que os certames não terão de ser 'grandes' e contratar volumes expressivos de energia, de uma só vez, mas ocorrerem todos os anos. O diretor do ONS acentuou a 'frustração' com as chuvas deste ano, uma vez que o país está, no momento, consumindo estoques de água formados ao longo de 2022 e 2023, quando as condições hidrológicas eram mais favoráveis. (M.S.)